

Relatório de Participação

Conferência de Alto Nível

O futuro das Missões de Observação Eleitoral

10 e 11 de outubro de 2018

Parlamento Europeu, Bruxelas

Comissão de Negócios
Estrangeiros e
Comunidades Portuguesas

Comissão de Assuntos
Europeus

I. Nota Introdutória

A conferência identificada em epígrafe, que se realizou em Bruxelas, nos dias 10 e 11 de outubro de 2018, foi organizada pelo Grupo de Apoio à Democracia e de Coordenação às Eleições (GADCE) do Parlamento Europeu, em cooperação com o Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE).

Na sequência de convite em tempo formulado pela organização, a participação da Assembleia da República (AR) foi assegurada pelos Senhores Deputados **Pedro Alves** (PSD), em representação da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP) e **Ricardo Bexiga** (PS), em representação da Comissão de Assuntos Europeus (CAE). Participou, como oradora, a Senhora Deputada **Isabel Santos** (PS), na qualidade de Vice-presidente da Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (APOSCE) e o Deputado **Miranda Calha** (PS), em representação da delegação portuguesa à Assembleia Parlamentar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (APNATO),

O apoio a esta deslocação foi prestado pelo assessor da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, João de Campos Coelho

II. Enquadramento da Conferência

As Missões de Observação Eleitoral (MOE) inserem-se no quadro da valorização das instituições do Estado de Direito, assente nos valores da democracia, da boa governação e do respeito pelo Direitos Humanos. Os observadores têm como mandato testemunhar o processo eleitoral, o escrutínio e o apuramento dos resultados, competindo à missão emitir parecer sobre a credibilidade do processo eleitoral, em função de critérios relativos à transparência, ao carácter democrático da eleição, à aplicação da lei eleitoral e aos procedimentos exigíveis.

Para além do dia do sufrágio, as missões de observação eleitoral de longo prazo avaliam igualmente todo o processo eleitoral; a fim de aquilatar o grau de desenvolvimento democrático num dado país em determinado momento. Por norma, os observadores de longo prazo iniciam as suas operações dois meses antes das eleições e acompanham todo o processo eleitoral, incluindo o anúncio dos resultados oficiais e os procedimentos de recurso. Os observadores de curto prazo supervisionam o dia da votação e a contagem dos votos.

Tipicamente, as MOE são encerradas através da produção de um relatório que inclui recomendações para melhorar a integridade e efetividade de processos eleitorais futuros, no âmbito do apoio à democratização. Estas recomendações não se limitam a reformas eleitorais, centrando-se em temas como a liberdade de expressão, separação de poderes, direitos humanos e instituições democráticas.

A Assembleia da República contribui para estas Missões através das Delegações às assembleias parlamentares internacionais das quais o Parlamento português faz parte, nomeadamente a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP), a

Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (APOSCE), a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE) e a Assembleia Parlamentar da NATO (APNATO). Destaca-se o trabalho desenvolvido pela CPLP nesta matéria, que detém um historial assinalável no domínio da observação eleitoral, iniciando-se com a realização de missões de observação ao referendo sobre a autodeterminação de Timor-Leste.

Ao nível da União, o Parlamento Europeu (PE), ao ser a única instituição da UE eleita por sufrágio direto, está permanentemente envolvido em atividades de observação eleitoral, trabalhando em prol do reforço da legitimidade dos processos eleitorais nacionais e do aumento da confiança do público na proteção das eleições e dos direitos humanos. Todos os anos, envia várias delegações parlamentares para observar eleições e referendos em países terceiros. As delegações do Parlamento são sempre integradas em missões de observação eleitoral da UE ou em missões de longo prazo do Gabinete das Instituições Democráticas e dos Direitos Humanos (ODIHR) da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE).

O Grupo de Apoio à Democracia e de Coordenação Eleitoral (GADCE), entidade que promove a Conferência em epígrafe, oferece orientações políticas relativamente a atividades de apoio à democracia, como a promoção da democracia parlamentar e a observação de eleições. Este Grupo é composto por 15 Deputados ao Parlamento Europeu e a sua presidência é exercida conjuntamente pelos presidentes da Comissão dos Assuntos Externos (AFET) e da Comissão do Desenvolvimento (DEVE).

III. Da Conferência

Sessão de abertura

A sessão de abertura foi presidida pelo Presidente da Comissão de Assuntos Externos do Parlamento Europeu (AFET) **David McAllister**, que após a apresentação de um breve filme subordinado tema “#EU4Democracy”, iniciou a sua alocução, dando as boas-vindas aos participantes e contextualizando o tema em debate. Referiu que o Parlamento Europeu possui uma experiência única nos desafios associados à promoção de eleições, cuja regular tramitação é essencial na defesa dos direitos humanos e na construção do processo democrático. Deu nota de que a União está fortemente investida na promoção de eleições livres e universais, sendo as Missões de Observação Eleitoral (MOE) parte crucial desse trabalho. Concluiu, destacando o contributo do GADCE na organização e supervisão de MOE desenvolvidas pelo PE, sugerindo que os Parlamentos Nacionais criem órgãos similares.

De seguida, intervieram os seguintes oradores:

Mariya Gabriel, Comissária da Economia e Sociedade Digitais, que, numa análise retrospectiva, referiu o contributo positivo das MOE no reforço das democracias mais jovens, tendo sublinhado a necessidade destas Missões atuarem com base em princípios e valores claros, como a igualdade perante a lei e o respeito pela universalidade do voto, cabendo à União Europeia e à União Africana garantir que não se verifiquem desvios nesta questão. Deu nota da existência de pressões externas que visam subverter a ação das MOE e que a primeira linha de defesa neste tema passa pela implementação de códigos de conduta.

Sobre o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação no processo eleitoral, elencou alguns desafios, referindo, em particular, o aumento exponencial de campanhas de desinformação nas redes sociais, que caracterizou de programadas, estruturadas e orientadas para objetivos específicos, podendo comprometer a integridade democrática dos Estados. Partilhou a sua experiência pessoal nesta matéria, em missão de observação na República Gabonesa, frisando que estas campanhas minam a confiança da população no processo eleitoral e condicionam a capacidade de os cidadãos tomarem decisões informadas. Não obstante, frisou que as redes sociais também trazem benefícios ao trabalho das MOE, promovendo a transparência e permitindo outras vantagens como o acesso à informação, dado representarem um veículo de excelência na organização de campanhas de informação junto de populações mais frágeis. Por fim, referiu o fenómeno do discurso de ódio nas redes sociais, frisando que a violência nem sempre é física e manifestando o seu apreço pelo código de conduta adotado no Parlamento Europeu, que, disse, contribui para a elevação do debate, alertando para as repercussões quando tal não sucede. Referiu que, ao nível da União, está a ser desenvolvido trabalho direcionado a colmatar todas estas questões, sendo necessário abordar o tema de forma holística, dada a sua natureza transnacional.

Abordou também a proteção de dados pessoais, informando que a União propôs medidas concretas para as próximas eleições para o Parlamento Europeu, centradas na cooperação entre autoridades com responsabilidade nesta área e comissões nacionais de eleições, reiterando que os votantes devem ter uma noção clara de quem está a utilizar os seus dados. Referiu também a crescente tendência para o recurso a notícias patrocinadas nos média, devendo o cidadão ter conhecimento de quem está por detrás da informação providenciada.

Concluiu, reiterando que as novas tecnologias são uma verdadeira oportunidade para conferir maior resiliência ao processo democrático e aumentar a confiança da população nas instituições, contudo tal só virá a ocorrer se existir diálogo com a população e, principalmente, transparência.

António Tejani, Presidente do Parlamento Europeu, que agradeceu aos participantes, relevando a importância da conferência e do papel das MOE na edificação da democracia. Disse que a pedra angular da Europa são os seus valores e princípios e que o contributo do Parlamento Europeu na defesa destes, traduz-se, em parte, na realização de MOE, recorrendo à diplomacia parlamentar de forma eficaz e eficiente. Neste âmbito, referiu que o PE está em permanente contacto com outros parlamentos e governos de países da União, dado ser do interesse de todos os que valorizam a democracia promover mecanismos que permitam conferir maior resiliência ao processo eleitoral. Contudo, referiu, que a eficácia das MOE está condicionada ao reconhecimento generalizado da sua imparcialidade e credibilidade. Neste sentido, deu nota das mais-valias da participação de parlamentares, que acrescem valor e conferem visibilidade a estas missões, frisando que o PE é a única organização que efetua MOE no mundo inteiro. Mais disse que, na qualidade de Presidente do Parlamento Europeu, considera as MOE uma prioridade da instituição, representando uma verdadeira mensagem de amizade da Europa ao mundo e manifestando o seu permanente interesse em obter feedback quanto às dificuldades e sucessos destas missões. Concluiu agradecendo a presença dos participantes na conferência, que considerou ser do interesse de todos e da democracia.

Pier Antonio Panzeri, Presidente da Subcomissão de Direitos Humanos, que agradeceu a presença dos participantes, sublinhando que as MOE são um instrumento chave na credibilização do processo democrático, mas não podem ser encaradas de forma isolada. Mais disse que nos últimos 10 anos, tem surgido a perceção que os observadores apenas dão o seu contributo no dia da eleição, desaparecendo de imediato. Frisou ser necessário combater esta imagem, reforçando o papel das missões de longo prazo de forma a assegurar que as partes interessadas estão preparadas para o processo eleitoral. Referindo-se ao período pós-eleitoral, deu nota da necessidade de investir em missões de acompanhamento, direcionadas a efetuar follow-up das recomendações elaboradas pelas MOE, avaliando se são consideradas na preparação de processos eleitorais futuros. Neste contexto, sublinhou a importância de existir uma estrutura que coordene as diferentes missões e construa pontes com instituições especializadas nas áreas de mediação e facilitação de diálogos. Referiu a preocupação contínua da subcomissão que preside em aferir o impacto de processos eleitorais nos Direitos Humanos, considerando parte do trabalho das MOE promover uma imagem positiva, facilitadora dos Direitos Fundamentais e Humanos.

Concluiu, manifestando o seu apreço pelo modelo de gestão adotado ter como princípio o envolvimento de todas as instituições da União, frisando o valor que esta visão intrainstitucional acresce às missões, não se tratando apenas de transmissão de informação, mas sim de um modelo onde todas as instituições trabalham em prol de um objetivo comum, de forma coordenada, conferindo eficácia ao trabalho desenvolvido, considerando ser esta a grande vantagem da União no que se refere às MOE.

Cessouma Minata Samate, Comissário para assuntos políticos da União Africana, iniciou a sua alocução, destacando a cooperação entre a União Europeia e a União Africana. Referiu que a organização que representa já efetua, de forma regular, entre 15 a 20 MOE por ano, tendo programadas, para o corrente ano, a realização de 19 missões de acompanhamento. Estes números, referiu, demonstram que o continente africano está comprometido com a democracia e valores democráticos. Frisou a natureza técnica das missões, considerando essencial uma abordagem integral ao tema, norteada pela democracia preventiva, que inclui o acompanhamento do processo em todas as suas fases: antes, durante e depois do ato eleitoral. Referiu que os períodos pós-eleitorais são propensos a um elevar de tensões no continente africano, o que torna imperativo a melhoria contínua de metodologias, a fim de aumentar a eficácia das missões. Para tal, referiu, é essencial garantir a cooperação entre todas as instituições envolvidas. Nesta lógica, sublinhou o acordo com as Nações Unidas sobre paz e segurança¹, que visa a criação de plataformas direcionadas a prevenir crises nascentes e mediar conflitos. Mais disse que solicitar apoio e fomentar parcerias, não implica abdicar da independência institucional, pelo contrário, apenas reforça as competências de todos os envolvidos.

Concluiu, acompanhando a opinião dos restantes oradores sobre a necessidade de garantir que as recomendações provenientes das MOE são devidamente implementadas, referindo tratar-se de um instrumento valioso na melhoria contínua dos processos eleitorais.

Sahle-Work Zewde, Subsecretária-geral das Nações Unidas e representante especial do Secretário-geral junto da União Africana, que em nome das Nações Unidas, agradeceu ao Parlamento Europeu esta iniciativa. Começou por aludir à Declaração de Princípios (DOP), cuja elaboração, há 13 anos, teve por objetivo codificar um conjunto de princípios que norteasse a atuação dos observadores eleitorais, sem aspirações de se tornar um documento vinculativo. Sobre as MOE, reafirmou que a mera presença de observadores, pode, por vezes, ser o suficiente para dissuadir a fraude. Concluiu, frisando que as MOE, quando conduzidas com imparcialidade e de forma responsável, representam o interesse da comunidade global na edificação da democracia, daí o imperativo da aderência a um conjunto de princípios comuns.

¹ Joint United Nations – African Union Framework for Enhanced Partnership in Peace and Security, assinado em Nova York, a 19 de abril de 2017, disponível [aqui](#)

Sessão I

Desafios e oportunidades das missões de observação eleitoral: Tecnologias de Informação e Comunicação, gestão de desinformação e utilização das redes sociais

Enquadramento da Sessão

A ubiquidade das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) tem gerado novos desafios às missões de observação eleitoral (MOE). O recurso a tecnologias digitais nas diferentes fases do processo eleitoral, através da identificação de eleitores via dados biométricos, voto eletrónico e tabulação de resultados, é, cada vez mais, uma realidade que, simultaneamente, potencia o ato eleitoral e condiciona o trabalho do observador. Garantir transparência e validar a credibilidade de processos eleitorais fortemente alavancados em TIC, tem-se revelado uma tarefa complexa, que requer competências técnicas específicas, capazes de, por exemplo, certificar a contagem de votos efetuada através de sistemas eletrónicos. Face a esta evolução, torna-se imperativo que as MOE estabeleçam diálogos e repensem procedimentos, tendo em vista soluções tecnológicas, que permitam manter a eficácia da sua atividade no futuro. A emergência das TIC também deu origem a novas formas de comunicar e transmitir informação. A exposição do eleitorado às redes sociais e a dificuldade em aferir a veracidade de notícias propagadas por esta via, sinalizou uma mudança de paradigma, capaz de coartar o direito² do eleitor formar a sua opinião de forma independente. Monitorizar o respeito por este direito, é uma incumbência das MOE que, tradicionalmente, estão estruturadas para detetar tentativas de manipulação do voto clássicas, como o saturamento do espaço mediático pelo partido dominante ou fraude nas urnas. Urge, portanto, revisitar o tema à luz desta nova realidade, procurando soluções que permitam ao observador eleitoral monitorizar, compreender e reportar campanhas organizadas de desinformação nas redes sociais, cujo impacto pode ser decisivo no resultado de processos eleitorais.

Síntese da Sessão

A sessão foi moderada por **Christian Leffler**, Secretário-Geral Adjunto para Assuntos Económicos e Globais do Serviço Europeu para a Ação Externa, que iniciou a sua alócução, dando nota de que, inicialmente, considerou a emergência das TIC como um fator positivo, que poderia potenciar o trabalho das MOE, contribuindo para alargar o debate e disseminar informação. Hoje, referiu, é de opinião diferente. Frisou o problema da desinformação, que subverte o processo de formulação de opiniões pelo eleitorado e cria ruído desnecessário, limitando o alcance de informação credível junto daqueles que mais necessitam. Face ao que se precede, preconizou a regulação do setor, procurando um ponto de equilíbrio, que não imponha restrições desnecessárias à liberdade de expressão e de debate. No âmbito dos sistemas de

² Conforme disposto no Comentário Geral n.º 25, do Comité de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre artigo 25.º do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos - "Os eleitores devem poder formar opiniões de forma independente, sem violência ou ameaça de violência, compulsão, pressão ou interferência manipulativa de qualquer tipo."

contagem de votos eletrónicos, frisou o risco da criação de caixas negras: *software* e bases de dados que não permitem uma supervisão independente e isenta. Trata-se de uma questão técnica, referiu, que condiciona a transparência do processo eleitoral, considerando que a implementação de mecanismos de controlo e supervisão por entidades públicas sobre as empresas privadas que providenciam estas soluções deve ser devidamente acautelada logo na fase inicial de contratação e adjudicação destes serviços. Referiu também que as mesmas dificuldades verificam-se no registo e identificação eletrónico do eleitorado. Assim, considerou essencial que o Estado determine quem acede e quem garante a integridade desta informação, frisando que em alguns países não existe legislação que verse sobre a proteção de dados.

Sumarizou, dando nota que as questões elencadas *supra* são do foro técnico, cujas dificuldades são transversais a todas as entidades com responsabilidade na gestão e acompanhamento do ato eleitoral, incluindo as MOE. A resposta, disse, passa por capacitar a componente técnica de quem tem responsabilidade na matéria, de forma a garantir transparência e credibilidade a todo o processo.

Recuperando o tema da influência das novas tecnologias no ato eleitoral, aludiu ao aumento de campanhas de desinformação organizadas, que recorrem aos novos meios de comunicação, referindo, a título de exemplo, grupos fechados na aplicação *WhatsApp*, onde a informação falsa torna-se rapidamente viral, reiterando a necessidade de supervisão, que permita identificar quem financia e promove este tipo de atividades.

Concluiu, referindo que a capacitação técnica das MOE para lidar com esta nova realidade é essencial, sendo também necessário que os próprios países desenvolvam trabalho nesta área, nomeadamente, na elaboração de legislação que permita uma supervisão eficaz de processos eleitorais baseados em modelos eletrónicos e na disponibilização de informação sobre o modo de operação desses modelos às missões de acompanhamento e observação.

De seguida, tomaram a palavra os seguintes oradores:

Tana de Zulueta, Chefe de várias missões de observação eleitoral promovidas pela ODHIR, referiu que, na atualidade, quase todos os processos eleitorais recorrem às TIC para gerir e processar dados. Deu nota do caso da Estónia, único país onde o voto é totalmente eletrónico, frisando que a missão da ODHIR às últimas eleições naquele país fez-se acompanhar de dois técnicos especialistas, que elaboraram a maioria do relatório final. Mais disse que esta experiência foi crucial no conhecimento da organização que representa sobre esta matéria, tendo contribuído para a elaboração de recomendações em outras MOE. Informou que os desafios associados às TIC, no âmbito do processo eleitoral, não é tema recente, informando que já em 2013 a OSCE produziu um manual sobre o tema. Frisou que modelos digitais servem a mesma função que os modelos não digitais, logo devem cumprir as mesmas obrigações, sendo essas: manter a integridade de dados, secretismo e igualdade de acesso. Assim, um sistema de voto eletrónico que não acautele estas obrigações não está ajustado à função. Recai sobre quem desenvolve ou contrata estes serviços a responsabilidade de desenvolver as ferramentas necessárias a garantir transparência. No âmbito das MOE, referiu que os observadores têm que ter acesso ao sistema de voto eletrónico, caso contrário, não estão a

cumprir com a sua missão. Informou que, na sua experiência, a introdução de sistemas de voto eletrónico tende a gerar desconfiança na população, sugerindo uma introdução gradual, com constantes validações no que se refere à transparência e integridade dos dados.

Yves Leterme, Secretário-Geral da IDEA Internacional, iniciou a sua alocução informando que a introdução de TIC no processo eleitoral permite poupar recursos financeiros, diminuir a abstenção e melhorar a eficácia do registo do eleitorado e da contabilização de resultados. Frisou também que estes novos métodos permitem, potencialmente, prevenir fraudes, pois limitam a interação humana, tema particularmente relevante em democracias emergentes. Sugeriu a troca de boas práticas nesta matéria, uma vez que vários países estão a avançar no mesmo sentido, encontrando dificuldades similares. Reconheceu que existem desafios inerentes à introdução de novas tecnologias, destacando a desconfiança da população sobre uma potencial manipulação eletrónica dos votos. Neste ponto, frisou, basta um caso para subverter todo o processo, sendo difícil restaurar a confiança do eleitorado. Referiu também que a massificação do voto eletrónico pode coartar o acesso de alguns segmentos da população às urnas, dada a dificuldade em familiarizar-se com a componente técnica do processo. Em resposta a potenciais ameaças de segurança e no que se refere à integridade dos dados, frisou que, na sua opinião, nunca se deve apostar num só sistema. A manutenção de um modelo paralelo, não digital, confere transparência e credibilidade, dado permitir a comparação de resultados e reduzir, gradualmente, a desconfiança do eleitorado versus a digitalização do voto.

De seguida, abordou o papel das redes sociais, referindo que as novas tecnologias revolucionaram a forma como acedemos e partilhamos informação, encurtando o espaço entre cidadãos e políticos. Existe, referiu, todo um manancial de problemas que acompanham a massificação das redes sociais, dando nota alguns aspetos negativos, entre eles a criação de câmaras de eco, campanhas de desinformação e manipulação de informação. Frisou que a autorregulação é manifestamente insuficiente para fazer frente a estas questões, reiterando que as autoridades governamentais devem ter um papel ativo na prevenção, monitorização e controlo destas redes. Deu ainda nota de que o excesso de transparência é também um problema, referindo o caso da Indonésia, onde os registos médicos dos candidatos estão disponíveis para consulta pública.

Concluiu a sua intervenção destacando a questão do financiamento de campanhas políticas. Se por um lado as novas tecnologias permitiram democratizar este financiamento, mencionando, em específico, o *crowdfunding* como modelo emergente nesta matéria, também criam novas barreiras na identificação da origem desse financiamento, reiterando a necessidade de regulação externa deste setor.

Pat Merloe, Diretor de programas eleitorais no Instituto Nacional para a Democracia, para frisar a importância da soberania dos Estados no que se refere ao processo eleitoral. Reiterou que as MOE podem complementar, mas o processo em si é da responsabilidade dos Estados, sendo estes os principais interessados em conferir resiliência ao ato eleitoral, já que a ausência de transparência destrói a confiança das populações nas instituições.

Sobre o voto eletrónico, balizou o problema, em parte, na tecnologia proprietária de quem providencia estes serviços, quando se trata de empresas privadas, reiterando a responsabilidade dos Estados de assegurarem mecanismos de controlo e supervisão adequados logo na fase de aquisição destas tecnologias. No que se refere às redes sociais, disse que o princípio basilar da democracia é a livre escolha dos cidadãos na eleição dos seus representantes e que essa escolha só é livre se existir acesso a informação válida e credível. Quando o acesso a essa informação é suprimido ou substituído por desinformação, estamos perante uma ameaça à democracia, razão pela qual apelou à regulação do setor, reiterando que existe atores diversos, interessados em introduzir ruído, e cuja sofisticação tecnológica permite influenciar os resultados eleitorais. Concluiu, insistindo na necessidade de capacitar as MOE a nível técnico, frisando o risco do esvaziamento do seu contributo, face ao avanço da tecnologia nesta área.

Marietje Schaake, Deputada do Parlamento Europeu, que aludiu às missões de longa duração, diferenciando entre o acompanhamento do processo preparatório e monitorização do ato eleitoral. Questionou a racionalidade económica da opção de alguns países em introduzirem novas tecnologias no processo eleitoral, caso do Quénia, onde o custo por eleitor rondou os 25 dólares US\$, valor elevado quando comparado com a Nigéria, que mantém um modelo baseado em papel, e onde o custo por eleitor fixou-se nos 8,6 dólares US\$. Sobre o papel das redes sociais, concordou que permitem dar voz à população, existindo, contudo, uma assimetria na projeção de mensagem. Quem detém capacidades técnicas e financeiras utiliza as redes sociais de forma mais eficaz, questionando se, na realidade, o contributo das redes sociais não acaba por promover também desigualdade. Assim, resumiu a sua visão das redes sociais como um mercado de ideias onde aqueles com maior capacidade financeira podem projetar a sua mensagem, condicionando as decisões de terceiros.

Seguiu-se a fase de debate, com intervenções que versaram sobre o tema da sessão e as alocações dos oradores. O painel optou por responder em conjunto, tendo tomada a palavra:

Tana de Zulueta, para esclarecer que a observação eleitoral na OSCE resulta de um acordo entre todos os participantes, onde a grande mais valia é a troca de boas práticas. Considerou essencial que seja estabelecido um diálogo entre organizações que promovem MOE e empresas que desenvolvem tecnologias de voto eletrónico. No que se refere à monitorização das redes sociais, referiu não existir uma metodologia definida, mas que as missões que integra estão atentas ao tema. Relativizou a influência deste meio, aludido às recentes eleições em Itália, onde foi sugerido que as redes sociais tinham influenciado significativamente o resultado eleitoral, para depois ter-se comprovado que a maioria do conteúdo tido em conta pelo eleitorado foi transmitido via televisão. Mais disse que a introdução do Regime Geral de Proteção de Dados teve um impacto para lá da União Europeia, redefinindo a forma como as empresas tecnológicas abordam a gestão dos dados dos seus utilizadores.

Marietje Schaake, para, no que se refere à liberdade de expressão e *crowdfunding*, frisar a relevância de perceber quem está por detrás das opiniões e do financiamento. No contexto atual, não é claro se são pessoas ou programas desenvolvidos de forma a tentar influenciar resultados. Mais disse que a tecnologia por si só, não confere confiança ao processo eleitoral. É imperativo ser acompanhada por mecanismos que permitam aferir a credibilidade e confirmam transparência ao processo.

Yves Leterme, para referir que a implementação de um modelo tecnológico de gestão do processo eleitoral não pode ser um processo isolado, sendo necessário promover a discussão aberta do tema, com o máximo de transparência e envolvimento da sociedade civil. Frisou que a expectativa de imediatismos na obtenção de resultados tende a inquinhar todo o processo, sendo preferível adotar um modelo gradual, com várias etapas de avaliação ao longo do percurso. Concluiu, frisando as mais-valias associadas à troca de informações e boas práticas sobre este tema, que reiterou, é um desafio transversal a vários países.

Pat Merloe, para sugerir que as plataformas de redes sociais adotem um código de conduta que estabeleça linhas de resposta aos desafios elencados. Referiu que o discurso de ódio nas redes sociais tende a seguir clivagens existentes na sociedade, sugerindo que organizações dedicadas à mediação e manutenção da paz podem ter um contributo a dar nesta área. Mais disse que o papel dos observadores internacionais deve ser repensado à luz destes novos desafios, onde o domínio técnico do processo eleitoral não pode ser excluído. Concluiu, referindo que está em curso uma guerra silenciosa entre as democracias ocidentais, que premeiam a uniformização das normas afetas ao processo eleitoral, valorizando a democracia e os direitos humanos, e outros atores, que veem na diversidade e multiplicidade de sistemas eleitorais um veículo para promover agendas próprias.

Sessão II

Organização de eleições, prevenção de conflitos, segurança e transições pacíficas

Enquadramento da Sessão

A eclosão de conflitos relacionados com processos eleitorais é uma realidade antiga, que persiste até aos dias de hoje. As causas deste tipo de fenómeno são múltiplas, embora, invariavelmente, a inexistência de um sistema de prevenção da violência eleitoral em locais onde o processo carece da resiliência necessária à sua normal tramitação, tende a preconizar uma maior incidência destes episódios. Erradicar por completo a violência eleitoral implica uma análise profunda ao enquadramento socioeconómico do país, às dinâmicas que regem as estruturas políticas presentes e impacto de condicionantes internas e externas. Em suma, matéria do âmbito da cooperação para o desenvolvimento. No entanto, a curto prazo, urge procurar soluções práticas que permitam minorar o risco de violência, investindo na prevenção de conflitos eleitorais através, da promoção do diálogo político entre todos os intervenientes, incluindo entidades governamentais com responsabilidade na área da segurança. A União Europeia tem procurado soluções nesta área, recorrendo a modelos clássicos de prevenção de conflitos, ajustados a cenários eleitorais. Um dos vetores de atuação destaca-se pela sua aplicabilidade nestes casos: a implementação de mecanismos de identificação atempada do risco de conflito violento. Antecipar o risco permite implementar, em tempo útil, medidas direcionadas a desanuviar a crise. No plano interno, a implementação sistemática das recomendações providenciadas pelas MOE, tem produzido resultados, permitindo retirar o máximo proveito com cada ciclo eleitoral. No médio prazo, cada iteração irá conferir maior resiliência, transparência e credibilidade ao sistema eleitoral visado. Em suma, uma abordagem integrada, que conjugue recomendações das MOE, assistência a processos eleitorais e metodologias de prevenção e mediação de conflitos apresentam-se como uma solução passível de minorar a incidência de violência eleitoral. Definir soluções nesse sentido requer cooperação e diálogo entre as diferentes entidades que lidam nestas matérias, de forma a consensualizar estratégias e definir mecanismos partilhados.

Síntese da Sessão

A sessão foi moderada por **Elena Valenciano**, Deputada do Parlamento Europeu, que iniciou a sua alocução, elencando alguns dos problemas subordinados ao tema da sessão, referindo, em particular, eleições onde partidos não aceitam os resultados da votação. Frisou a fragilidade de alguns processos eleitorais, enquadrados em modelos políticos onde o sistema de freios e contrapesos não é resiliente, o que transforma o ato eleitoral num processo de tudo ou nada, onde quem perde, contesta, por vezes de forma violenta. Como resposta a esta problemática, sugeriu afastar a lente de análise, permitindo uma visão abrangente do contexto onde decorre o ato eleitoral e recorrer a mecanismos específicos, como a prevenção de conflitos, mediação e diálogo, para antecipar o eclodir de conflitos após as eleições. No âmbito das MOE, destacou a

pertinência do contexto, frisando que ignorá-lo reduz a eficácia das missões. Concluiu, dando nota da necessidade de aumentar recursos alocados à mediação e promoção da paz.

De seguida, tomaram a palavra os seguintes oradores:

Mohamed Chambas, Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas para a África Ocidental e Sahel, para referir que garantir que um ato eleitoral ocorre de forma pacífica, implica promover condições políticas para esse efeito. Quando sistema político já de si é frágil, a tendência para o eclodir da violência é significativamente maior. A resposta a esta problemática, referiu, assenta no reforço de capacidades locais e nacionais, de forma a antecipar e preaver conflitos, antes do ato eleitoral. Trata-se de um trabalho preparatório, que deve ser efetuado junto de organizações locais, visto estas conhecerem o terreno, os intervenientes e os principais focos de tensão. Frisou ainda o mérito de promover alterações constitucionais em países onde não existem limites de mandatos, eternizando partidos políticos no poder, o que pode levar a que após cada ato eleitoral, a oposição assumira uma postura cada vez mais beligerante.

Pekka Haavisto, Presidente do Instituto Europeu para a Paz, que concordou que modelos eleitorais onde o vencedor das eleições assume a totalidade do poder são propensos a despoletar violência. Frisou que antes de se equacionar um processo eleitoral sólido e resiliente, é necessário garantir condições básicas, que confirmam credibilidade ao ato em si. Ponderar um processo eleitoral sem assegurar um acordo de paz é inútil, questionando, retoricamente, se estão reunidas as condições necessárias para efetuar eleições livres em países como a Síria, Líbia e Líbano. Referiu também o direito de minorias participarem no processo eleitoral, frisando que a exclusão, seja ela de natureza étnica, religiosa ou social, será sempre um foco de tensão, potenciador de conflito e violência. Deu particular relevo à participação eleitoral dos jovens e das mulheres, dando nota do caso da Libéria, onde após o processo de paz, os ex-guerrilheiros transitaram para esfera política, excluindo mulheres.

Sobre os jovens, destacou a importância de apoiar iniciativas que permitam imprimir princípios e valores democráticos neste segmento da população, referindo o caso do Afeganistão, onde organizações juvenis tentam travar o recrutamento levado a cabo por grupos extremistas nas universidades.

Jason Carter, Presidente do Conselho de Curadores do Centro Carter, para referir que a organização a que preside já observou mais de 100 eleições, sempre em locais onde a violência era uma possibilidade. Frisou que as democracias em transição representam um contexto muito específico, existindo a possibilidade das MOE contribuírem para a redução de conflitos, sublinhando que a melhor forma de contribuir para paz é relatando a verdade, mesmo que esta implique consequências. Mais disse que o percurso para a paz é um percurso político, daí o mérito de garantir um processo eleitoral credível, pois reforça a confiança da população no sistema e incentiva à participação pacífica em atos eleitorais futuros. Referiu tratar-se de um círculo virtuoso, que transmite a seguinte mensagem – podes ter perdido a eleição, mas confia

no processo e prepara-te para a próxima – Antes este modelo, que privilegia o combate político, do que a alternativa, que frequentemente se traduz no recurso à violência. Concordou que a infraestrutura eleitoral é relevante, mas, valorizando o papel das MOE, sublinhou que a percepção de que o mundo está a observar o ato eleitoral e que os observadores estarão presentes em atos futuros, também contribui para a confiança no processo eleitoral e representa mais um obstáculo no recurso às armas.

Yvette Chesson-Wureh, Centro Internacional Angie Brooks, que deu nota do progresso da mulher africana na expressão dos seus direitos políticos, referindo que a paz no continente passa pelo empoderamento das mulheres. Sugeriu um reforço da colaboração entre as MOE e as organizações locais, reiterando serem estas que melhor conhecem o contexto, estando capacitadas para preparar terreno antes do ato eleitoral, promovendo a mediação e a paz.

Seguiu-se uma fase de debate, durante a qual, tal como na anterior sessão, diversos parlamentares e outros convidados tiveram oportunidade de contribuir para a discussão, colocando questões relativas ao tema da sessão. Destaca-se a intervenção de **Marisa Matias**, Deputada do Parlamento Europeu, para questionar sobre a forma como as MOE do PE podem contribuir para a prevenção de conflitos e pacificação do processo eleitoral tendo em conta as limitações do seu mandato.

Respondeu **Jason Carter**, informando que a instituição que representa tem o benefício de não responder perante nenhum Governo, mas que o PE pode contar com outros parceiros que não estão sujeitos as limitações de mandato. Não obstante, referiu que as eleições são o momento onde se avalia a credibilidade de uma democracia e que a presença da União é importante nesse processo. Concordou que quanto maior for a duração das missões, maior o seu contributo, principalmente, referiu, na preparação do terreno, identificação de focos de tensão, mediação de conflitos e obtenção de informação essencial a quem vem observar o processo eleitoral. Por estas razões, referiu, as missões de observação devem ser antecipadas por missões de preparação e de acompanhamento.

Sessão III

Boas práticas e o papel da observação eleitoral parlamentar, incluído código de conduta

Enquadramento da Sessão

A participação de parlamentares em missões de observação eleitoral tem aumentado em anos recentes, em parte, devido à credibilidade e garantias de isenção que conferem a estas missões. Neste contexto, é decisivo certificar que as mais-valias associadas ao papel de parlamentares não são inquinadas por práticas questionáveis, mesmo que involuntárias. A manutenção deste estatuto depende da codificação de regras e princípios que norteiem a atuação de parlamentares que participem em MOE. Nesta área, a principal referência é a declaração de princípios de observação eleitoral internacional³ (DoP) que estabelece a imparcialidade política, não interferência em processos eleitorais e impedimento de proferir declarações públicas até ao momento em que a missão emita um comunicado oficial, como conceitos base a serem considerados por todos os observadores eleitorais. Tratando-se de uma declaração de princípios, não alberga sanções, e, no caso de observadores parlamentares, o acatamento rigoroso pode colocar em causa a liberdade de expressão política. Em resposta a estas questões, diferentes entidades têm procurado adotar códigos de conduta próprios, ajustando o DoP às especificidades de cada organização. É esse o caso do Parlamento Europeu (PE), cujo código de conduta⁴ para a participação de Deputados em MOE, determina a estrita observância do princípio de imparcialidade política, estabelecendo sanções em caso de incumprimento. Também para o espaço OSCE, foi recentemente proposto pelo PE, através do Grupo de Apoio à Democracia e de Coordenação às Eleições, um novo código de conduta comum, aplicável a missões de observação eleitoral internacionais, que integram delegações de outras entidades para além do Parlamento Europeu: OSCE/ODHIR, APCE, APNATO, APOSCE. Esta nova proposta tem por pedra angular os princípios contemplados na DoP, mas não especifica sanções.

Síntese da Sessão

A sessão foi moderada por **Heidi Hautala**, Vice-Presidente do Parlamento Europeu, que referiu as mais-valias da participação de parlamentares em missões de observação, exortando a credibilidade e a imparcialidade demonstrada como observadores. No entanto, deu nota de que nem sempre se verifica uma estrita observância, por parlamentares, do disposto na Declaração de Princípios (DoP), identificando, em específico, questões como a interferência no processo eleitoral, comentários proferidos fora da estrutura da missão de observação, conflitos de interesse e a participação de parlamentares como observadores a título individual, por convite de entidades locais. Mais disse que estes incidentes danificam a reputação de parlamentares nesta matéria e podem comprometer a reputação das MOE no longo prazo. Partilhou que, no

³ Celebrada em 2005, nas Nações Unidas. Entre as várias organizações subscritoras destaca-se a ONU, União Africana, APCE, Comissão Europeia, OSCE, UIP e Organização dos Estados Americanos. Disponível [aqui](#)

⁴ COM (2000) 191 - Resolução do Parlamento Europeu referente à Comunicação da Comissão sobre a assistência e a observação eleitorais da EU e EP-PE REG(2012) – Grupo de Apoio à Democracia e de Coordenação Eleitoral e disposições de execução aplicáveis às delegações de observação eleitoral.

âmbito do Parlamento Europeu, já ocorreram casos de violação clara dos princípios fundamentais da DoP por membros do Parlamento Europeu, referindo, em particular, as eleições na Arménia e Azerbaijão, frisando que os membros envolvidos foram expulsos da delegação ou banidos de participarem em MOE promovidas pela União. Essencial para este processo, referiu, é a existência de um código de conduta claro, que contemple sanções, e de uma entidade responsável por aferir o comportamento de parlamentares quando participam em missões de observação eleitoral. Concluiu, dando nota da proposta do PE para a criação de um código de conduta conjunto, informando que a APCE já adotou o documento, estando ainda a decorrer conversações com a APOSCE e APNATO.

De seguida, tomaram a palavra os seguintes oradores:

Isabel Santos, Vice-Presidente da Assembleia Parlamentar da OSCE e **Deputada da Assembleia da República**, que iniciou a sua alocução, frisando que a participação da APOSCE em missões de observação eleitoral data de 1993, altura em que foi enviada uma MOE à Federação Russa por ocasião do primeiro processo eleitoral multipartidário daquele país. Informou que a APOSCE participou na observação de 170 processos eleitorais, em 31 países, dando nota de que a composição de uma missão ronda, em média, os 50 observadores, trabalhando tanto em democracias consolidadas como emergentes. Referiu que a abordagem da APOSCE permitiu desconstruir qualquer conotação negativa associada ao envio uma MOE, pelo contrário, estas são hoje encaradas como uma oportunidade de conferir resiliência a processos democráticos. Mais disse que o trabalho desenvolvido pela APOSCE nesta área baseia-se no pressuposto de que a participação de parlamentares acresce valor ao processo eleitoral, classificando como natural e apropriado que a responsabilidade de liderar uma MOE recaia sobre pessoas com extenso conhecimento sobre o processo, resultante, em parte, de os próprios serem representantes eleitos.

Proseguiu, versando sobre os procedimentos e conduta dos parlamentares que participam em missões de observação eleitoral, frisando a longa experiência da APOSCE na organização de MOE, que já envolveu mais de 5000 observadores parlamentares, o que permitiu definir práticas e procedimentos robustos. Deu nota de que os líderes das missões são selecionados pelo Presidente da assembleia parlamentar, acrescentando que na maioria dos casos, um elemento sénior da APOSCE é selecionado para o papel de coordenador especial de missões de observação de curta duração. Mais disse que esta estrutura de liderança responde perante a assembleia e presidente da APOSCE, permitindo fixar uma linha clara de responsabilização. Informou que embora não exista um regulamento formal no que concerne à nomeação dos líderes de missões, estão definidas diretrizes, nomeadamente, que os parlamentares selecionados não sejam naturais de países vizinhos ou de países com relações problemáticas com o país onde irá desenrolar-se a MOE, que não pertençam a um grupo parlamentar de amizade ou detenham algum tipo de histórico que possa de ligar o parlamentar ao Estado que visita. Tanto o equilíbrio de género e o equilíbrio político são temas devidamente acautelados na escolha dos líderes de missão. Referiu ainda que a APOSCE limita a 10% o número de observadores de outras delegações que participam na mesma missão, tratando-se de uma

medida eficaz, que impede que observadores de um só país influenciem despropositadamente a missão.

Informou que, para cada missão, todos os observadores assinam um código de conduta, certificando que não existe nenhum conflito de interesses vis-à-vis a missão proposta, passível de interferir com a sua capacidade em desempenhar as funções de forma imparcial.

Mais disse que, num universo de 170 missões e 5000 observadores, foram identificadas apenas 3 situações irregulares, onde o líder de missão foi obrigado a remover um membro da delegação por comportamento contrário ao disposto no código de conduta. Aludido à declaração da APOSCE, de 11 de julho, em Berlim, reiterou a preocupação sobre a proliferação de organizações paralelas que visam promover a falsa observação eleitoral, apelando aos Parlamentos nacionais para não pactuarem com modelos de observação que não sejam baseados em processos transparentes, munidos de uma metodologia sistemática, frisando que as missões organizadas pela APOSCE têm precedência sobre quaisquer acordos bilaterais nesta matéria. Face ao que precede, diferenciou entre observadores não autorizados e falsos observadores, referindo que APOSCE já se deparou com situações em que membros daquela assembleia parlamentar optaram, unilateralmente, por viajar a um país, com o objetivo de observar processos eleitorais, sem estarem integrados numa MOE oficialmente sancionada. Frisou que nestes casos, os parlamentares não se deslocam como observadores oficiais da APOSCE, no entanto, são assim identificados por alguns canais de informação menos reputados. Embora a APOSCE distancie-se dos comentários proferidos por estes observadores, informou que a organização que representa não está capacitada para sancionar este tipo de atividades, não obstante de eventuais implicações futuras na seleção do elenco de parlamentares a participar em MOE. Embora reconhecendo a gravidade destes casos, referiu que, por questões estruturais, a APOSCE tem uma capacidade limitada de intervenção, dando nota de que a introdução de sanções poderá ser equacionada no futuro, dependendo a sua implementação de uma análise custo-benefício. Sobre observadores falsos, referiu que a presença destes tende a ser organizada pelos próprios governos dos países onde decorre o processo eleitoral, visando garantir uma avaliação positiva, indiferenciada da qualidade do processo em si. Sobre estes casos, informou que a APOSCE considera que apreciações proferidas por indivíduos convidados diretamente pelos Estados, não tem o mesmo peso do que uma MOE concebida por uma organização com mandato internacional.

Ingibjörg Sólrún Gísladóttir, Diretora do Gabinete da OSCE para Instituições Democráticas e Direitos Humanos (ODIHR), referiu que o processo eleitoral não pode ser distanciado da defesa dos direitos humanos, existindo a expectativa, junto da população do país visitado, de que a presença de observadores imprime credibilidade aos resultados obtidos. Neste sentido, frisou que quando a missão não corresponde às expectativas, não só é colocada em causa a integridade pessoal dos observadores, como existe um efeito transversal negativo para a imagem das MOE, como condiciona a eficácia de missões no futuro. A título de exemplo referiu as eleições no Azerbaijão, considerando que o processo eleitoral foi subvertido de início, dado que nenhum membro da oposição foi eleito. No entanto, referiu, que o chefe de missão

declarou que as eleições decorreram dentro da normalidade. Classificou casos similares como *Diplomacia Caviar*, que subverte os princípios básicos subjacentes às missões de observação eleitoral por questões de conveniência política, extravasando por completo o que é o cerne de uma MOE. O orador foi claro na sua crítica, frisando que o chefe de missão traiu os princípios básicos das MOE, pactuando com o regime do Azerbaijão para silenciar críticos. É neste contexto que enfatizou a relevância de um processo transparente na seleção de candidatos a chefe de missão, declarando seu apoio à criação de um código de conduta conjunto, bem como de entidades que se responsabilizem pela supervisão da ação de MOE.

Oliver Kask, Magistrado e membro da Comissão de Veneza, que iniciou a sua alocução dando nota das competências da entidade que representa, referindo ter por objetivo fomentar a cooperação entre advogados e tribunais constitucionais, no âmbito da lei eleitoral, providenciando opiniões e organizando conferências subordinadas a esta temática. Informou que a comissão implementou um código de conduta em 2002, considerado ser um elemento estruturante na atuação de todos os envolvidos. Manifestou a sua concordância com as opiniões dos oradores que o antecederam, frisando a importância de, no final das missões, ser apresentado um só relatório com recomendações. Certo é, disse, que tal implicaria uma cooperação alargada entre todos os observadores envolvidos, sublinhado a necessidade de incluir também os observadores locais. Conclui, reiterando que a construção da democracia é um processo contínuo, que não se inicia três meses antes das eleições, nem termina com a divulgação dos resultados, apelando assim a um acompanhamento permanente, abrangente, e sobretudo coerente dos processos de democratização.

Mario Galea, membro do Parlamento de Malta, frisou a importância de integridade pessoal do chefe de missão, sem a qual não é possível elaborar recomendações credíveis. Aludindo ao movimento #MeToo, deu nota da existência de uma mudança no comportamento do eleitorado no que se refere à exigência de qualidade e intolerância face à fraude em processos eleitorais. Sublinhou que o trabalho dos observadores eleitorais deve acompanhar estas mudanças de paradigma, reajustando o modelo de operação, refletindo o que a sociedade admite e deixa de admitir. É um processo contínuo, referiu, mas cujo acompanhamento é essencial para a manutenção da eficácia e credibilidade das MOE. Neste tema, frisou que a abordagem deve centrar-se nas vítimas, promovendo uma cultura de aceitação e integração. Esta visão deve também ser transmitida aos observadores locais. Sobre a atuação dos membros das MOE, referiu que os parlamentares estão sujeitos a um nível de escrutínio significativo, nível esse que não se aplica aos técnicos e peritos, considerando fundamental a elaboração de código de conduta específico a estes.

Séguiu-se a fase de debate, no qual participaram diversos parlamentares presentes, questionando sobre a matéria da sessão, onde se destaca as seguintes intervenções:

Roberto Montella, Secretário-geral da APOŞCE, que referiu que 90% do texto dos relatórios é elaborado por técnicos e restantes peritos que acompanham as missões. Recuperando a troca de impressões que ocorreu durante a sessão sobre o código de conduta e o processo de seleção do Chefe de missão, questionou se o mesmo grau de exigência não deve ser aplicado aos peritos.

José Inácio Faria, Deputado do Parlamento Europeu, que manifestou a sua concordância com o proposto pelos oradores, dando nota de situações gravosas que ocorrem fora do âmbito das MOE, aludindo, em particular, ao último ato eleitoral na Venezuela, onde estiveram presentes, a título individual e a convite das autoridades locais, membros do Parlamento Europeu. Apesar de se tratar de uma deslocação não oficial, referiu, foi amplamente difundido na imprensa venezuelana que o Parlamento Europeu, de alguma forma, validava os resultados das eleições. Face ao exposto, questionou se o código de conduta do PE não deveria conter uma previsão específica a estes casos.

O painel optou por responder em conjunto às questões, tendo tomada a palavra:

Ingibjörg Sólrún Gísladóttir, para referir que todos os políticos têm uma agenda própria. No entanto, quando integrados numa MOE, não existe espaço para o contraditório sobre as conclusões expressas no relatório final. Os factos são os factos. Quando um elemento da missão opta por contradizer o relatório, subverte o trabalho de todo o grupo. No que se refere à responsabilização, reiterou que os parlamentares respondem perante os eleitores; mas tal não ocorre no contexto de uma MOE. Como observador eleitoral, as políticas pessoais de um parlamentar não podem, nem devem ser relevantes. Concluiu, manifestando a sua concordância com a proposta do código de conduta aplicar-se a todos os que participam em MOE, incluído peritos e pessoal técnico.

Oliver Kask, para informar que na sua visão, não é viável procurar coartar o direito de parlamentares proferirem opiniões políticas, principalmente no presente contexto, em que o acesso às redes sociais é generalizado. Ainda assim, referiu que a tarefa das MOE não deve ser condicionada pelas opiniões de um ou de outro observador. O foco deve manter-se no apoio às entidades nacionais com responsabilidades na gestão do processo eleitoral. Mesmo nos casos em que parlamentares, de forma isolada, optem por criticar a missão, a relevância destas opiniões deve ser relativizada, mais ainda quando se trata de parlamentares cuja participação, ocorre a título individual.

Mario Galea, para sublinhar que o código de conduta deve ter uma conotação obrigatória, caso contrário é de utilidade limitada. Sugeriu que os Parlamentos nacionais criem comissões permanentes cuja competência incide sobre a conduta dos parlamentares, e que essas comissões devem estar capacitadas para impor sanções nos casos de incumprimento do código de conduta. Sobre as competências do Chefe de Missão, considerou essencial o poder de expulsar um parlamentar da missão, em casos de incumprimento, frisando que todos os participantes só devem proferir opiniões após obter a anuência expressa do Chefe de Missão.

Por fim e em relação à eficácia dos relatórios produzidos informou que esta está dependente da sua tempestividade e dos destinatários, considerando relevante a divulgação atempada junto das populações.

Isabel Santos, para reiterar que os relatórios são importantes, mas é necessário ter em conta quem os produz, não sendo de todo inocente o aumento no número de missões paralelas, não sancionadas. Mais disse que esse aumento ocorre exatamente porque o trabalho das MOE tem impacto e obtém visibilidade internacional, caso contrário não seria necessário às autoridades políticas de alguns países promoverem missões de observação paralelas, com vista a produzir relatórios cujo conteúdo lhes é favorável.

Sobre o escrutínio de parlamentares, reiterou que são estes os elementos com maior exposição das suas posições políticas e que essa transparência representa uma mais-valia, porque, à partida, todos os envolvidos estão previamente cientes da posição política que cada um assume, logo não existe nenhum tipo de agenda oculta.

Referindo-se à composição das MOE, frisou que todos os membros têm igual importância, não existindo membros cuja opinião é particularmente valorizada. Acrescentou que no final da missão todos têm direito à sua própria opinião, mas que ninguém tem direito aos seus próprios factos, daí a importância das missões de longa duração, para que as conclusões sejam o mais objetivas e claras possíveis.

Sobre a participação das mulheres, frisou que a APOSCE tem acautelado este tema, estando frequentemente presente nas conclusões apresentadas no final das missões.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Comissão de Assuntos Europeus

Sessão de Encerramento

A sessão de encerramento foi presidida por Mairead McGuinness, Vice-Presidente do Parlamento Europeu, que agradeceu a presença de todos os participantes, sublinhando a importância de obter contributos de pessoas com experiências diversas, sendo a diversidade um instrumento chave na identificação de soluções e na construção de processos democráticos duradouros. Concordou que as MOE têm desafios complexos pela frente, que urge adereçar, dado poderem comprometer a efetividade de missões futuras. Frisou que os parlamentares têm o dever de observar eleições de forma imparcial e isenta, relatando o sucedido de forma objetiva. Neste sentido reiterou o seu apoio a todos os esforços que visem a adoção de código de conduta que inclua critérios de seleção de parlamentares para participação nas MOE, dando nota de que o PE já se debruçou sobre esta matéria, através da introdução de medidas concretas.

De seguida, tomaram a palavra os seguintes oradores:

Roger Nkodo Dang, Presidente do Parlamento Pan-Africano, que frisou o interesse e utilidade da conferência, considerado ser este o momento certo para repensar a cooperação entre a União Africana e a União Europeia sobre observação eleitoral. De seguida, reiterou a importância de reforçar a democracia no mundo e em particular no continente africano, frisando que cooperação internacional representa uma ferramenta basilar na edificação de democracias duradoras e resilientes. Face ao que precede, frisou que as políticas adotadas por instituições internacionais devem ser simplificadas e orientadas para o futuro, espelhando a vontade das populações, cuja opinião não deve ser ignorada. Mais disse que o processo democrático é a pedra angular do desenvolvimento humano, cabendo aos decisores políticos e legisladores serem a voz da prosperidade das nações. Aludindo ao papel do Parlamento Pan-Africano na promoção da democracia do continente, frisou que é através da democracia que se aprende sobre a democracia e que para tal é necessário proporcionar liberdade de expressão às populações africanas na escolha dos seus representantes. Deu nota do trabalho desenvolvido em prol da transparência, frisando que, como legislador e representante eleito, deve o seu mandato ao processo eleitoral e quanto mais transparente o processo, maior a legitimidade conferida a quem assume cargos de relevância política. Mais disse que a organização a que preside considera o apoio a processos eleitorais e missões de observação eleitoral elementos cruciais na prevenção de conflitos no continente. Frisou que, em contraste com o Parlamento Europeu, o Parlamento Pan-Africano pode optar por enviar uma MOE sem existir uma solicitação formal prévia do país onde decorre o processo eleitoral, o que, na sua opinião, atesta o reconhecimento, pelos países africanos, da imparcialidade e credibilidade da organização que preside. Concluiu, reiterando o mérito de fortalecer a cooperação e trocas de informação com a União Europeia, que, frisou, se baseia em valores e princípios comuns.

Federica Mogherini, Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, que iniciou a sua alocação, referindo os 18 anos que passaram desde da primeira missão de observação eleitoral promovida pelo PE, recordado o seu envolvimento, como mediadora, no processo de paz na província Indonésia de Achém, onde, sublinhou, a União apoiou a mediação do conflito, enviou um MOE para acompanhar a primeira votação e deu continuidade ao processo de paz, através de apoio financeiro após o ato eleitoral.

Sobre o trabalho desenvolvido pelas MOE, referiu os aspetos positivos da cooperação entre diversas entidades e a diversos níveis, desde autoridades locais, organizações regionais e internacionais. Frisou que todos os parceiros podem e devem contar com a imparcialidade dos observadores eleitorais, reiterando que o objetivo é garantir direitos humanos e nunca tomar uma posição relativa à política local. Mais disse que o envio de uma MOE não tem por objetivo agradar a parceiros nem legitimar eleições fraudulentas, frisando a dureza de algumas das recomendações produzidas no final de missão.

Expandido sobre o processo de decisão, informou que a determinação do envio de uma missão só ocorre quando as entidades envolvidas consideram que os observadores podem dar um contributo positivo, existindo sempre disponibilidade para apoiar processos de democratização. Relevou a importância das missões de acompanhamento, cujas recomendações, neste âmbito, são essenciais para melhoria contínua dos processos eleitorais, dado que a democracia é um exercício diário, que ultrapassa o ato da votação. Deu nota do contributo para o futuro que esta conferência representa, frisando relevância das conclusões obtidas. Entre estas, destacou o potencial da cooperação trilateral entre a União Europeia, as Nações Unidas e a União Africana e a adoção de um código de conduta conjunto, para parlamentares. Aludiu também à mediação de conflitos, que não sendo uma competência das Missões de Observação Eleitoral, tem um papel importante na resolução de conflitos, sugerindo que as organizações não-governamentais que desenvolvem trabalho nesta área coordenem a sua atividade com as MOE. Mais disse que as MOE não são, nem nunca serão uma tarefa fácil e que a construção da democracia é um projeto contínuo. Referiu que todo o trabalho desempenhado nesta área deve ser alvo de uma reanálise com vista a identificar áreas de melhoria, considerando existir espaço para progresso em todas as frentes. Concluiu, sublinhando que a mudança convoca todos e incentivando os parlamentares a darem continuidade ao trabalho desenvolvido, em prol da democracia.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Comissão de Assuntos Europeus

Palácio de S. Bento, 30 de outubro de 2018

Os Deputados da Assembleia da República

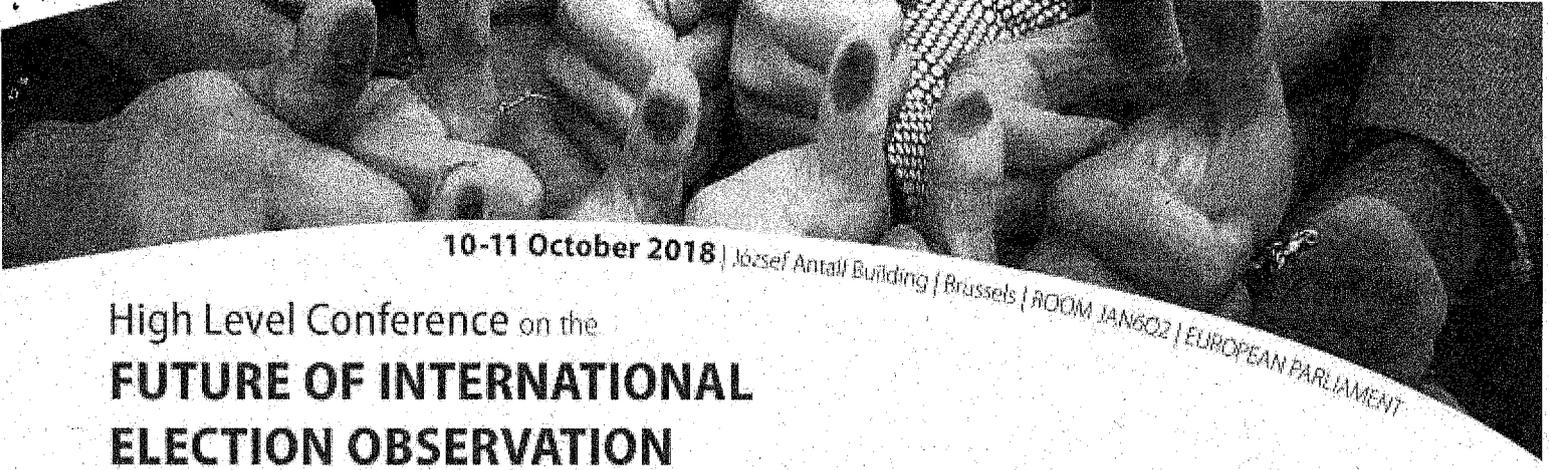
Pedro Alves

Ricardo Bexiga

Anexos:

I- Programa da Reunião;

II- Lista de Participantes.



10-11 October 2018 | József Antalfi Building | Brussels | ROOM JAN602 | EUROPEAN PARLIAMENT

High Level Conference on the
**FUTURE OF INTERNATIONAL
ELECTION OBSERVATION**

CONFERENCE DE HAUT NIVEAU

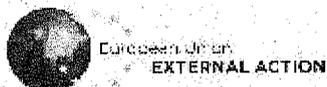
LE FUTUR DE L'OBSERVATION ELECTORALE INTERNATIONALE

Organisée par le Groupe de Coordination du Soutien à la Démocratie et des Élections du Parlement européen, et le Service Européen d'Action Extérieure

Bruxelles, 10-11 Octobre 2018

Parlement Européen, JAN 6 Q 2

PROGRAMME



Organised by the European Parliament's Democracy Support and Election Coordination Group (DSEG) and the European External Action Service

Synthèse

L'observation électorale est une manifestation très visible de l'engagement international en faveur de la démocratie et des droits humains dans le monde. Elle contribue à la consolidation des institutions démocratiques, au renforcement de la confiance des citoyens dans les processus électoraux, à l'élimination de pratiques frauduleuses et à la prévention de la violence. Les observateurs électoraux travaillent étroitement dans le cadre de la Déclaration de Principes pour l'observation internationale des élections (DoP) lancée en 2005 sous les auspices de l'ONU.

L'Union européenne, depuis l'adoption d'une méthodologie standard de l'observation électorale en 2000, a déployé plus de 140 Missions d'Observation Électorales dans plus de 60 pays sur tous les continents. Les missions de l'Union européenne sont le fruit d'une coopération interinstitutionnelle efficace entre le Service Européen d'Action Extérieure, le Parlement européen, la Commission européenne et les États membres.

Il existe une demande croissante de la part des pays partenaires de l'Union européenne et d'organisations régionales et internationales pour le déploiement de Missions d'Observation Électorale. Cependant, ces missions sont de plus en plus exposées au regard critique de l'opinion publique. Une réponse doit être apportée par les signataires de la Déclaration de Principes aux nouveaux enjeux posés par l'utilisation des nouvelles technologies de l'information et de la communication ou celui des réseaux sociaux. Par ailleurs, l'Union européenne et l'ONU développent des outils pratiques concernant la question spécifique de la prévention de la violence dans les processus électoraux.

Le Parlement européen et le Service Européen d'Action Extérieure ont décidé d'inviter les signataires de la Déclaration de Principes, des représentants de pays partenaires, de parlements nationaux des États membres de l'Union européenne, de la société civile et des médias pour débattre ensemble de ces défis.

Un focus sur l'Afrique

Une attention particulière sera portée sur le partenariat Union africaine-Union européenne, la coopération dans le domaine de l'observation électorale, ainsi que sur l'impact des missions d'observation électorale sur les processus de démocratisation dans un certain nombre de pays africains. En lien avec les objectifs de l'Agenda 2063, la conférence contribuera à la mise en œuvre de la Stratégie Globale de l'Union européenne au travers du renforcement du partenariat multilatéral sur les questions de paix et de sécurité. Dans ce contexte, des synergies doivent être encouragées entre l'Union européenne, l'Union africaine et les Nations Unies, notamment au travers de l'Accord Cadre UA-ONU sur le Partenariat Renforcé pour la Paix et la Sécurité (signé en avril 2017). La Conférence contribuera également aux engagements de l'Agenda 2030, en particulier à l'objectif de développement durable n°16, et s'inscrira dans le cadre de l'accord Union africaine - ONU pour la mise en œuvre de l'Agenda 2063 et de l'Agenda 2030 sur le développement durable (signé en janvier 2018).

Un focus sur l'observation électorale parlementaire

Les parlementaires sont impliqués de façon croissante dans l'observation électorale. Les élus ont une expertise spécifique concernant les campagnes électorales et les processus électoraux, et contribuent à augmenter la crédibilité et la visibilité des missions techniques de longue durée. Tout en prenant en considération la liberté de parole et d'expression des parlementaires et leur droit à conduire des activités politiques en cours de mandat, les observateurs parlementaires se doivent de maintenir une parfaite impartialité politique et une stricte neutralité dans leur évaluation des processus électoraux. Un échange de meilleures pratiques entre observateurs parlementaires, notamment l'introduction d'un Code de conduite parlementaire pour l'observation des élections, sera également mis en avant lors de la Conférence.

Un focus sur la prévention des conflits

Tant la Stratégie Globale de l'Union européenne que l'Agenda pour la Paix Durable de l'ONU placent la prévention des conflits au cœur de leurs priorités. Les élections représentent un moment test pour la gestion pacifique des tensions politiques, économiques et sociales. Ces défis et les options concrètes pour y répondre feront l'objet d'un panel dédié. De plus, la Conférence sur le Futur de l'observation électorale internationale est précédée d'une conférence « Soutenir la Paix par les Élections » organisée par Groupe de travail conjoint UE-PNUD sur l'assistance électorale.

Mercredi 10 Octobre

14:15-14:45 *Arrivée et enregistrement des participants*

15:00 - 16:15 **Ouverture de la Conférence de Haut Niveau**

Discours introductif : Mr. Antonio Tajani, Président du Parlement Européen

Présidence: Mr. David McAllister, Président de la Commission des Affaires Étrangères du Parlement européen, Co-Président du Groupe de Coordination du Soutien à la Démocratie et des Élections du Parlement européen

Mr. Pier Antonio Panzeri, Président de la Sous-Commission des Droits de l'Homme du Parlement européen, Membre du Groupe de Coordination du Soutien à la Démocratie et des Élections

Ms. Mariya Gabriel, Commissaire Européenne à l'Économie et à la Société numériques

Ms. Sahle-Work Zewde, Secrétaire-Générale adjointe, Représentante Spéciale de l'ONU auprès de l'Union africaine, et Directrice du Bureau des Nations Unies auprès de l'Union africaine

Ms. Cessouma Minata Samate, Commissaire aux Affaires Politiques de l'Union africaine

16:15 - 16:30 *Pause*

16:30 – 18:30 **“Enjeux et perspectives de l'Observation électorale : TIC, lutter contre la désinformation, l'usage des réseaux sociaux”**

Modérateur: Mr. Christian Leffler, Secrétaire-General adjoint pour les questions économiques et globales, Service Européen d'Action Extérieure

Ms. Tana de Zulueta, Cheffe de différentes Missions d'Observation Électorale du Bureau des Institutions Démocratiques et les Droits de l'Homme de l'OSCE

Ms. Marietje Schaake, Membre du Parlement européen, ancienne Observatrice en Chef de l'Union européenne

Mr. Yves Leterme, Secrétaire-General de International IDEA, ancien Premier Ministre de Belgique

Mr. Pat Merloe, Directeur des programmes électoraux, Institut National Démocratique

Questions et débat

18:30 – 19:30 **Cocktail d'accueil offert par Ms. Mairead McGuinness, Première Vice-Présidente du Parlement européen**

Restaurant, Bâtiment JAN, 2^{ème} étage (*sur invitation*)

Jeudi 11 Octobre

08:30-09:00 *Arrivée et enregistrement des participants*

09:00 - 11:00 **"L'organisation des élections, la prévention des conflits, la sécurité et la transition pacifique"**

Modératrice: Ms. Elena Valenciano, Membre du Parlement européen, ancienne Observatrice en Chef de l'Union européenne

Mr. Mohamed Chambas, Représentant Spécial du Secrétaire-Général de l'ONU pour l'Afrique de l'Ouest et le Sahel

Mr. Pekka Haavisto, Président de l'Institut Européen pour la Paix

Mr. Jason Carter, Président du Conseil d'Administration du Carter Center

Ms. Yvette Chesson-Wureh, Centre Angie Brooks International, Women's Situation Room

Questions et débat

11:00 - 11:15 *Pause*

11:15 – 12:45 **"Rôle et meilleures pratiques de l'observation parlementaire des élections, notamment les codes de conduite"**

Panel en parallèle

Modératrice: Ms. Heidi Hautala, Vice-Présidente du Parlement européen, Cheffe de la Délégation du Parlement européen en Arménie 2017, ancienne co-Présidente de l'Assemblée parlementaire Euronest

Ms. Isabel Santos, Vice-Présidente de l'Assemblée parlementaire de l'OSCE

Mr Mario Galea, Membre du Parlement de Malte, Chef de différentes missions d'observation électorale

Salle: JAN 6Q2

Mr. Oliver Kask, Juge, Membre de la Commission de Venise

Ms. Ingibjörg Sólrún Gísladóttir, Directrice du Bureau des Institutions Démocratiques et les Droits de l'Homme de l'OSCE, ancienne Ministre des Affaires Étrangères de l'Islande

Avec la participation de **Membres des parlements nationaux de l'Union européenne**

Questions et débat

Panel
en
parallèle

“Renforcer la coopération entre l’Union européenne, l’Union africaine et l’ONU sur les processus électoraux et l’observation électorale, notamment la méthodologie des Missions d’Observation Électorale”

Modératrice: Mrs. Lotte Knudsen, Directrice-Générale pour les Droits de l’Homme et affaires globales et multilatérales, Service Européen d’Action Extérieure

Mr. Roger Nkodo Dang, Président du Parlement Panafricain

Ms. Cessouma Minata Samate, Commissaire aux Affaires Politiques de l’Union africaine

Salle: JAN 4 Q 1

Mr. Michael Gahler, Membre du Parlement européen, ancien Observateur en Chef de l’Union européenne

Mr. Craig Jenness, Directeur de la Division de l’Assistance Électorale, Département des Affaires Politiques de l’ONU

Questions et débat

13:00 - 13:30

Clôture de la Conférence de Haut Niveau

Ms. Mairead McGuinness, Première Vice-Présidente du Parlement européen

Salle: JAN 6Q2

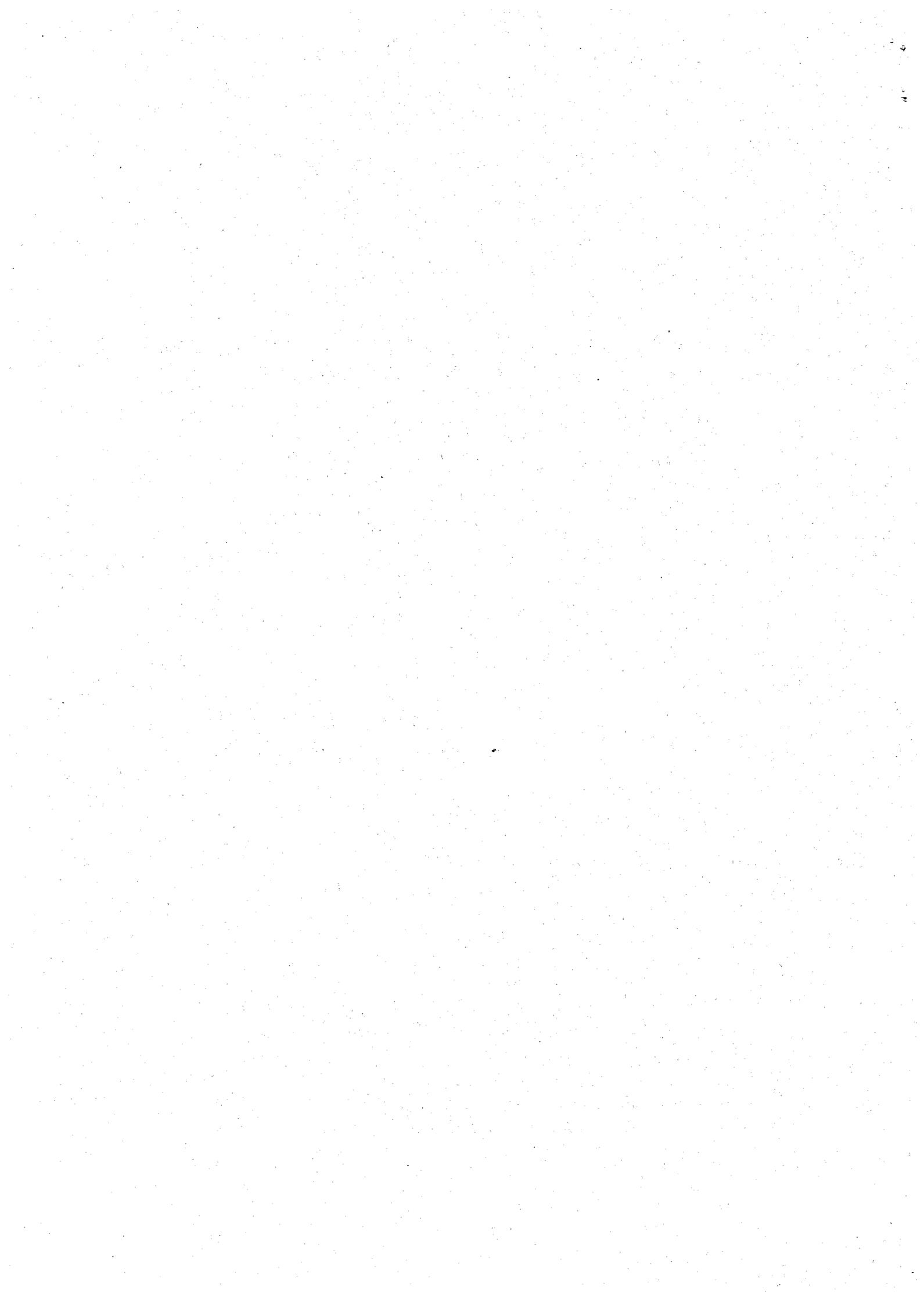
Mr. Roger Nkodo Dang, Président du Parlement Pan Africain

Remarques de clôture : Ms. Federica Mogherini, Haute Représentante pour les Affaires Étrangères et la politique de Sécurité / Vice-Présidente de la Commission européenne

13:30-15:00

Buffet offert par le Groupe de Coordination du Soutien à la Démocratie et des Élections du Parlement européen

Restaurant, Bâtiment JAN, 2nd étage (*sur invitation*)



SPEAKERS BIOS



Federica Mogherini | @FedericaMog@eu_eeas

Federica Mogherini has been the High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy and Vice President of the European Commission since 1 November 2014. She was the Italian Minister for Foreign Affairs from February to October 2014 and a Member of the Italian Parliament (Chamber of Deputies), where she was elected for the first time in 2008. In her parliamentary capacity, she has been the Head of the Italian Delegation to the NATO Parliamentary Assembly and Vice-President of its Political Committee (2013-2014); member of the Italian Delegation to the Parliamentary

Assembly of the Council of Europe (2008-2013); Secretary of the Defence Committee (2008-2013) and member of the Foreign Affairs Committee.



Stavros Lambrinidis | @SJLambrinidis@eu_eeas

Stavros Lambrinidis has been the European Union Special Representative for Human Rights since September 2012.

In 2011, he was Foreign Affairs Minister of Greece. Between 2004 and 2011, he was a Member of the European Parliament (MEP) with the Greek Social Democratic Party (PASOK). He served as Vice-President of the European Parliament (2009-11), Vice-President of the Civil Liberties, Justice and Home Affairs (LIBE) Committee (2004-09), and Head of the PASOK Delegation (2005-11).

Between 2000 and 2004, he was Director-General of the International Olympic Truce Centre, an International Olympic Committee organisation.

He served as Ambassador ad personam of the Hellenic Republic (1999-2004); Secretary-General of the Greek Foreign Ministry, responsible for Expatriate Greeks (1996-99); and chief-of-staff to the Greek Foreign Minister (1996).

Between 1988 and 1993 he worked as an Attorney at Wilmer, Cutler & Pickering in Washington, D.C., specializing in international trade, transactions, and arbitration.

Mr. Lambrinidis was born in Athens, Greece in 1962. He studied Economics and Political Science at Amherst College, USA (Bachelor of Arts degree, 1984) and Law at Yale Law School (Juris Doctor degree, 1988), where he was also Managing Editor of The Yale Journal of International Law. He is a 1980 graduate of the Athens College High School in Greece. He is married and has a daughter.



Edward McMillan Scott | @emcmillanscott

Edward McMillan-Scott was MEP for Yorkshire & Humber in the United Kingdom from 1984 to 2014 and a Vice-President of the EP from 2004 to 2014.

A lifelong pro-European, he is now a Patron of the non-party European Movement UK and since the EU Referendum in the United Kingdom he has coordinated all the operational pro-EU groups and individuals in the UK which are opposing Brexit.



SPEAKERS BIOS

He was instrumental in the creation in 1990 of the EU's €160 million European Democracy & Human Rights Initiative (EIDHR) which funds all EU election observation missions and wide range of other activities in support of democracy and human rights. It is the world's largest programme in this field.

He was Leader of the UK Conservative MEPs from 1997 to 2001 but left the party in 2009. He then sat as an independent (Non-Attached) MEP, joining the Liberal Democrats/ALDE in 2010.

He was the first EP Vice-President for Democracy & Human Rights and chaired the Sakharov Prize Network. He was awarded the Medal of Honour in 2013 by the Venice-based European Inter-University Centre for Human Rights and Democratisation 'in recognition of his lasting efforts in the promotion and protection of human rights'.

Mr. McMillan Scott also serves on the Board the European Parliament's Former Members Association, where he is responsible for monitoring Brexit as well as chairing its Democracy Working Group.

**Veronika Móra**

Veronika Móra has been working with Ökotárs - Hungarian Environmental Partnership Foundation (HEPF) since 1997 and holds the position of the director since 2007. She was previously the national consultant for the Dutch Foundation Milieukontakt Oosteuropa, also working for the eco-counselling office of Ecoservice Foundation.

With HEPF and earlier, she has worked on a variety of issues related to ecological consumption, gene technologies and public participation. Since 2003 she has led HEPF's Civil Partner programme which aims to improve the legal-fiscal environment of

civil society. She also managed grant programmes of various sizes, including the Hungarian NGO Fund under the EEA/Norwegian Financial Mechanism.

Besides her full time occupation she also has voluntary positions in a number of NGOs, including the chairmanship of the Hungarian Donors Forum, which works on developing the (corporate) philanthropic culture in the country.

She is a biologist (MSc) by education, but also has a MA degree in organisational psychology, and most recently gained a diploma in environmental law.

**Salam Kawakibi | @salamkawakibi**

Director of Arab Centre for Research and Policy Studies, Paris

Salam Kawakibi is Director of the Arab Centre for Research and Policy Studies in Paris and former Deputy Director and Research Director in Arab Reform Initiative (2007 – 2017).

He is the President of the Board of Trustees of Ettijahat – Independent culture (www.ettijahat.org), President of the Board of The Day After association (www.tda-sy.org), Member of the Consultative Council of the Mediterranean Citizens' Assembly (www.acimedit.net).

Mr. Kawakibi is also a member of the Advisory Committee of the UNU Institute on Globalization, Culture and Mobility (UNU-GCM). He teaches in the Masters programme on Development and Migration at Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne.

SPEAKERS BIOS



Between 2009 and 2011, he was principal researcher at the Faculty of Political Science of the University of Amsterdam and between 2000 and 2006, he was director of the Institut Français du Proche Orient (IFPO) in Aleppo, Syria.

He holds a DEA in Political Sciences from l'Institut d'Etudes Politiques, Aix-En-Provence, a DEA in International Relations from Aleppo University and a BA in Economy from Aleppo University.



Andrea Bonanni

Born in Milan on 5 July 1952, joined the *Corriere della Sera* Group in 1972, working for many newspapers of the Group.

He worked as the correspondent for the *Corriere della Sera* from 1985 to 1988 in Brussels and from 1988 to 1993 in Moscow, after which he returned to Brussels working as the correspondent and commentator for the same newspaper.

From 2002 he has been working for the Editorial Group Espresso as European Editor in the Repubblica's headquarters in Brussels performing editorial tasks on

European matters.



Véronique de Keyser | @verodekeyser

Véronique De Keyser was a Belgian Member of the European Parliament with the Socialists and Democrats group from 2001 and 2014. She had obtained her doctorate in work psychology in 1974 and became an internationally recognised specialist in ergonomics and in applied research in security and human reliability in risk environments.

Throughout her time as an MEP, Véronique de Keyser was most active in the Committees on Foreign Affairs and Development, focussing in particular on the Arab world and Africa.

Her parliamentary activities covered countries in democratic transition, especially in the Middle East and conflict regions of Africa, where she defended democracy, human rights, peace, reinforcement of fragile states, consolidation of progressive parties, women's rights and the fight against torture.

Ms. de Keyser was the Chief EU Election Observer in Palestine (2005, 2006), Sudan (2010), South Sudan (2011) and Malawi (2014).

She believes that ensuring the freedom of vote is a necessary first step, albeit insufficient in itself, towards the consolidation of democracy in countries which have experienced dictatorship and conflict.

In recognition of her efforts for peace, Ms. de Keyser was granted honorary citizenship of Palestine in 2014 – a distinction personally bestowed by President Abbas.

Since she finished her mandate at the EP, she has resumed her humanitarian efforts, including her activities at the University of Liège. She has worked closely with Doctor Mukwege, joining him in his fight to repair the personal damage caused by rape as a weapon of war in Congo.



SPEAKERS BIOS



Mehdi Yehya

Mehdi Yehya is a 29 year old activist from Lebanon who believes in Democracy and Peace as a solution to all crises in the Middle East.

In 2017 he was chosen by the UN Development Programme to participate in the Arab Youth leadership program and was also selected to participate in the MENA Leadership Program organized by Konrad Adenauer Stiftung in 2018.

In 2016 he founded the NGO "Peace of Art", with the strategic objective of creating a community where art and non-violent means of communication are employed to improve the living conditions of people living in North Bekaa. The NGO provides quality art education and has created the first and only musical band that gathers youth from different backgrounds and religions to sing for peace. Mehdi studies political sciences and holds a Master degree in Advertising.



Apolmida Haruna Tsammani | @HalyHope

Apolmida Haruna Tsammani is a Legal Practitioner and a disability rights advocate. She is a member of Joint National Association of Persons with Disabilities (JONAPWD) - Youth wing. She works with the Federal Ministry of Justice, Nigeria. She is the Founder of Haly Hope Foundation (an organization that seeks to protect the rights of Persons with disabilities). She believes so much in the spirit of volunteerism.

She has over 6 years' experience in advocacy work. She works hand in hand with other disability rights advocates and organizations in advocating for the passage of the disability bill into an Act in Nigeria which will promote and protect the rights of Persons with Disabilities in Nigeria and also ensure full inclusion in all aspects of governance and the society.

She is a 2016 Mandela Washington Fellow. She has been featured in both National and International media. She was profiled alongside other successful Persons with Disabilities by the Swedish Embassy in Nigeria. She also a Cancer eradication and Mental Health advocate.



Shada Islam | @shada_islam @FriendsofEurope

Shada Islam is Director of Europe and Geopolitics at Friends of Europe and is responsible for policy oversight of Friends of Europe's initiatives, activities and publications.

She has special responsibility for issues related to the Future of Europe, Migration, the Asia Programme and the Development Policy Forum.

Ms. Islam is Visiting Professor at the College of Europe (Natolin) where she teaches Asia-Europe relations and has been selected as a fellow by the Vrije Universiteit Brussel (VUB).

She has been named as one of twenty most influential women in Brussels by Politico.

Ms. Islam is the former Europe correspondent for the Far Eastern Economic Review and has previously worked on Asian and Migration issues at the European Policy Centre.

She is one of the authors of Friends of Europe's much-read "Frankly Speaking" commentary and is sought after as a speaker, commentator, columnist and moderator at high-level European and global events.

Tuesday, 18 September 2018

Organised by Democracy and Election Actions Unit, DG EXPO

ALTIERO SPINELLI BUILDING, BRUSSELS – ROOM A5G3
EUROPEAN PARLIAMENT

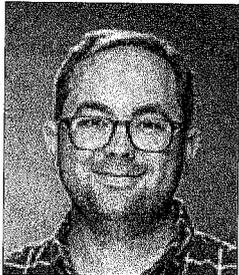
#DemocracyDay

#EU4Democracy

SPEAKERS BIOS



Ms. Islam also continues to write on EU foreign and security policy, EU-Asia relations and trade and development issues for leading Asian, European and international publications and academic journals.



Sean Evins | @Evins @facebook

Sean Evins, Lead for Politics and Government Outreach for Europe, the Middle East and Africa for Facebook.

Mr. Evins is the lead for Politics and Government Outreach for Europe, the Middle East and Africa for Facebook. This team is tasked with working with government and political officials on education about the Facebook platform, driving creative best practices and top content and working to protect election integrity.

Prior to starting with Facebook in August 2016, Sean worked for four years on the Government & Elections team at Twitter and also previously worked in the U.S. House of Representatives. Sean received a bachelor's degree in Political Science and Political History from Rhodes College in Memphis, TN, and he earned his Master's Degree in Government from the Johns Hopkins University in 2010. He is based in London.



Matt Stempeck | @mstem

Mr Tetmpeck is a Civic Tech expert who led the Digital Mobilization team at Hillary for America. He has been researching and building civic tech since 2005 across electoral and issue campaigns, national and city governments, academia, and journalism. In 2016, Matt led the Digital Mobilization team at Hillary for America, which included the campaign's voter registration, peer organizing, and SMS technologies.

Matt most recently served as Director of Civic Technology at Microsoft, and is now building the Civic Tech Field Guide to better connect the world of civic tech projects.

In his spare time, Matt works on projects that "don't really need to exist", with a collective known as the Bad Idea Factory.

Matt holds a Master's of Science from the MIT Media Lab's Center for Civic Media and a Bachelor of Arts from the University of Maryland's Government Honors program.



Anu Juvonen | @AnuJuvonen @DemoFinland

Executive Director of Demo Finland (Political Parties of Finland for Democracy).

Ms. Anu Juvonen (MA Development Studies, BA (Hons) Social Anthropology – both from the University of Sussex, UK, as well as studies at University of Helsinki) has worked over 15 years in the field of development policy and international affairs.

She has lived and worked long term in Nepal in the field of education; in Ethiopia, as an expert in community participation and gender; and recently in Sri Lanka, where she worked as a Head of Good Governance for an international NGO, as well as having made



SPEAKERS BIOS

numerous short-term missions to different countries in Africa (Ethiopia, Kenya, Zambia, Tunisia) and Asia (Vietnam, Myanmar, India and Sri Lanka, Nepal). She has worked as a consultant, a civil servant and in CSOs, taking varying roles, from CSO coordination related to the EU presidency and the ASEM summit to advocacy and campaigning. She has a very strong background in project management. She has been with Demo Finland for two years, first as a Director of Programmes and (since early 2016) as acting Executive Director. She has held various board positions, from being the vice-chair of an umbrella NGO with 300 members to being a board member of the EPD. She has also written numerous articles and manuals and is very experienced as a facilitator.



Alberto Alemanno | @alemannoEU

Jean Monnet Professor of EU Law, HEC Paris, Global Professor of Law, NYU School of Law in Paris, and Director, The Good Lobby.

Alberto Alemanno is an academic, civic advocate and public interest lawyer. He is Jean Monnet Professor of EU Law at HEC Paris, and Global Professor of Law at New York University School of Law.

Due to his commitment to bridging the gap between academic research and policy action, Mr. Alemanno pioneered innovative, gamified forms of civic engagement and activism in the EU transnational space via his civic start up The Good Lobby and his campaigns contributed to democratizing the EU. His last book, 'Lobbying for Change: Find Your Voice to Create a Better Society' (Iconbooks), provides a timely analysis and guide to levelling the democratic playing field by empowering ordinary citizens to speak up and inform policy decisions at local, national and international level. He was nominated by the World Economic Forum as a Young Global Leader in 2015, and is included among the 40under40 European Young Leaders of Friends of Europe.

Mr. Alemanno is a regular contributor to a number of global newspapers and reviews, and sits on the board of several civil society organisations in the field of democracy and citizen engagement. Mr. Alemanno is a graduate of Harvard Law School, the College of Europe and holds a PhD in International Law & Economics from Bocconi University.



Véronique Arnault

Véronique Arnault is a former Director of Human Rights and Democracy at the European External Action Service. Since 2013, she is an Ambassador at DUO for a Job, an NGO specialized in intergenerational coaching.

Ms. Arnault started her career in 1980 as a diplomat for the French Ministry of Foreign Affairs. In 1983 she joined the European Commission, and occupied various positions at the Directorate-Generals for External Relations and Trade until 1999. Between 1999 and 2008, she was deputy head of cabinet for the Commissioner for Health and Consumer

Protection, and subsequently worked in the DG.

In 2008 she was appointed director of 'Multilateral Relations and Human Rights' at the DG External Relations. In 2011, she became the first director of the Human Rights and Democracy directorate within the newly

SPEAKERS BIOS



established European External Action Service. Ms. Arnault retired in November 2013 and still closely follows EU human rights policies. She obtained degrees in English literature at the University of Reading, and in International relations at Science Po in Paris.



Virginia García Beaudoux | @virgbeaudoux

Virginia García Beaudoux (Argentina) has conducted more than 40 communication trainings in 15 countries for OAS, International IDEA, UNDP, NIMD, UN Women and other international organizations, aimed at leaders, candidates, politicians and spokespersons. She is Director at COMMUNICATIO, a communication strategies consultancy. In this capacity, she has advised and trained more than a thousand women in Latin America, Spain and the United States in communication skills, leadership and strategic career planning.

She is Professor in the political communication programs of Pompeu Fabra University and the Autonomous University in Barcelona, Complutense University, the Ortega y Gasset University Institute, and the Master in Image Consulting and Political Consultancy in Madrid. She is also a Doctor in Psychology, tenured Professor of "Electoral campaigns, propaganda and public opinion" at the University of Buenos Aires and of "Political Psychology and Leadership" at the University of Belgrano, Argentina.

Virginia has authored 11 books and is a regular lecturer in international forums on politics, leadership and gender. She has also created the blog MujeresInc.



Corinna Hörst | @horstca @gmfus

Corinna Hörst is senior fellow and deputy director of GMF's Brussels office. She supports the executive director in all aspects of strategic planning, operations, personnel, management, and communication. In this capacity, she plays a central role in programme planning, networking, and relationship building with the EU institutions, NATO and stakeholders from governments, media, business, as well as nongovernmental and think tank communities. She monitors and frequently comments on transatlantic relations and European affairs and is engaged in various women leadership development and diversity activities.

She is also president of the Brussels chapter of Women in International Security (WIIS) and co-founder of The Brussels Binder, an online database of female policy experts.

Her recent book "Women Leading The Way in Brussels," co-authored with Claudia de Castro Caldeirinha (John Harper Publishing, 2017) looks at women leadership in Europe and Brussels, including vignettes of women who exercise leadership across different sectors in Brussels.

Before coming to GMF in 1999, she was a teaching associate at Miami University, teaching American and world history and worked as assistant project manager at a publishing company in Germany. Ms. Hörst has a PhD and master's degree in history and studied at Miami University in Ohio, United States, the University of Heidelberg in Germany, and St. Andrews University in Scotland.



SPEAKERS BIOS



Anna Lührmann | @vdeminstitute

Anna Lührmann is the Deputy Director of the Varieties of Democracy (V-Dem) Institute and Assistant Professor at the University of Gothenburg. Prior to turning to academia, Anna was an MP in the German National Parliament (Bundestag, 2002-2009) and worked in Sudan for two years.

She received her PhD in 2015 from Humboldt University (Berlin) with a thesis on United Nation's electoral assistance. Anna Lührmann holds a M.A. degree in "Research Training in Social Sciences" from Humboldt University (Berlin), a M.Sc. degree in Gender and

Peace Studies from Ahfad University (Sudan) and a B.A. in Political Sciences from FernUniversität Hagen (Germany). She served as a consultant for UNDP, the World Bank and others.

Her research has been published in Journal of Democracy, Democratization, Electoral Studies, the International Political Science Review and other journals.



Sarantis Michalopoulos | @EURACTIV

Sarantis Michalopoulos has been a journalist for EURACTIV.com since 2014. He has been writing extensively on EU affairs in English and in Greek, with a particular focus on agriculture & food as well as health issues. Before, he was a EURACTIV Greece reporter covering the economic and immigration crises.

RAPPORTEURS

Workshop 1: Rebecca Wagner

Director of External Relations, AEGEE, Election Observation

Workshop 2: Kristen Aigro

Board Member, European Youth Forum

Workshop 3: Christiana-Luiza Niță

Vice President, Young European Leadership

Workshop 4: Sonja Afanasjeva

Policy Officer, Young European Federalists